

Mais Mercosul! É hora de aprofundar o processo de integração

Na metade de julho o Ministério de Economia argentino adotou a resolução 861, determinando proteção a alguns produtos têxteis, através do estabelecimento de cotas, alegando que a medida não estava proibida no Mercosul e se regia pelas regras da OMC. O governo brasileiro protestou e anunciou que recorreria à OMC. No dia 26 de julho o quadro se agravou ainda mais quando o ministro da Economia, ampliou as medidas de proteção através da resolução 911, baseada na resolução 70 da Aladi, que legaliza o uso de salvaguardas (medida que permite o estabelecimento de limites quantitativos ou barreiras tarifárias, quando o crescimento da importação de um produto prejudica a indústria local, sem que seja preciso provar a existência de práticas desleais de comércio). Segundo o governo argentino, a desvalorização brasileira significou, na prática, uma tarifa de 10% sobre os produtos argentinos e as salvaguardas seriam uma espécie de compensação para essa suposta tarifa.

A reação brasileira foi imediata e o governo ameaçou suspender todas as negociações no Mercosul e pediu uma reunião de urgência do Grupo do Mercado Comum. Para as autoridades brasileiras as exportações de calçados, papel e celulose seriam os principais alvos da proteção comercial argentina, medida que não teria sentido já que a balança comercial entre os dois países acumula déficit de R\$300 milhões (em favor da Argentina) nos primeiros seis meses do ano e nesse período as exportações de produtos têxteis caíram 21% e as de papel, 8%. Segundo avaliação dos governos brasileiro e uruguaio as medidas argentinas significariam a implosão do Mercosul, já que a aplicação de medida de salvaguarda ao comércio infrazona foi vetada pelo Protocolo de Ouro Preto após 31 de dezembro de 1994.

No dia 29 de julho, a crise afrouxou com o encontro entre Meném e Cardoso em Brasília. Os representantes argentinos se dispuseram suspender as salvaguardas desde que pudesse estabelecer medidas de proteção sempre que as exportações brasileiras de um dado item ultrapassassem certo limite e a criação de um comitê técnico que para estabelecer critérios de compensação, sempre que um membro se sentir prejudicado por algum desequilíbrio macroeconômico. O governo brasileiro rejeitou a proposta e apenas admitiu discutir caso por caso. O governo argentino considera que nada está definido ainda e pretende retomar suas propostas na reunião de Montevidéu.

O que motivou a crise

Ambos países vivem uma profunda recessão, fato que motivou uma queda significativa do comércio bilateral. A economia argentina por seu lado terá uma queda de 3% do PIB este ano e a produção industrial recuou 12,3%. Com a desvalorização do real as

exportações ao Brasil que representavam quase 40% de seu total caíram, no primeiro semestre, 30,4%. Além disso, em outubro haverá eleições e muitas das medidas anunciadas têm um claro sentido "eleitoreiro", já que o dilema colocado para os candidatos é desvalorizar ou não a moeda depois das eleições.

O peso das multinacionais

A solução rápida (ou pelo menos o afastamento do problema) da crise se deve porém a outros fatos: os interesses comerciais envolvidos e o peso das empresas multinacionais no mesmo. No intercâmbio entre os dois países 70% é de comércio dirigido (ou seja compras do governo ou entre empresas) e mais de 1/3 das exportações argentinas para o Brasil são do complexo automobilístico - o Brasil vende para a Argentina apenas US\$ 400 milhões em têxteis, calçados e aço e a Argentina exporta para o Brasil veículos e autopeças no valor de US\$ 2,6 bilhões (dados de 1998). Com a suspensão das negociações, não haveria maneira de chegar a um entendimento sobre o novo regime automotivo e a partir do ano 2000, o Brasil poderia cobrar tarifas iguais às que valem para as importações de qualquer país.

É hora de pressionar pelo aprofundamento do Mercosul

Mais uma vez serão tomadas medidas pontuais que resolverão ou adiarão pendências comerciais mas não contribuirão para a superação da recessão que vive o Mercosul, ao contrário, em alguns setores significarão mais desemprego e mais exclusão social. A saída é, como já há muito vem defendendo a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul - CCSCS, o aprofundamento do processo de integração através da adoção de políticas comuns na área fiscal, de infra-estrutura, medidas para a cooperação e promoção do desenvolvimento tecnológico; políticas agrícolas e industrial comuns, adoção de fundos de apoio à reconversão de setores e/ou empresas atingidos pelos impactos do desequilíbrio comercial, promoção de políticas públicas voltadas para a geração de emprego, educação e saúde e a total vigilância sobre o cumprimento de direitos trabalhistas fundamentais. Mas não basta constatar repetir as propostas, é preciso utilizar os instrumentos disponíveis no Mercosul. As centrais Sindicais deveriam pedir imediatamente uma reunião do Foro Consultivo Econômico e Social do Mercosul e um encontro com a Comissão Parlamentar Conjunta para apresentar suas preocupações e propostas e deveria convocar imediatamente uma reunião dos principais líderes sindicais do Mercosul para discutir a gravidade dos fatos, suas propostas e as medidas de mobilização para que sua voz seja escutada.

A COMISSÃO SÓCIO LABORAL DO MERCOSUL fará sua segunda reunião nos próximos dias 31 de agosto e 1° de setembro em Montevidéu, para continuar a negociação do Regimento de Funcionamento que deverá estar terminado até o final de setembro.

AS NEGOCIAÇÕES DO MERCOSUL E DA UNIÃO EUROPEIA

CES e FCES discutem as Relações entre Os Blocos

No dia 23 de junho de 1999, Rio de Janeiro, os representantes do **Foro Consultivo Econômico-Social -FCES** do Mercosul e o Comitê Econômico Social -CES da UE discutiram as relações comerciais e políticas entre os dois blocos e ao final aprovaram um comunicado conjunto aos negociadores expressando a vontade do CES e do FCES que se estabeleçam relações "econômicas dinâmicas e equilibradas entre os dois blocos, que as mesmas tenham como requisito o tratamento de todos os setores visando o incremento de relaciones econômicas como consequência da abertura dos mercados, procurando um maior equilíbrio nos intercâmbios comerciais interregionais ... e apoiam a fixação de um calendário de negociações para alcançar uma Associação Interregional que fortaleça os laços históricos, culturais, sociais, políticos, econômicos e comerciais".

Recomendaram ainda que as negociações incluam "também aspectos sociais e a participação das instituições representativas da sociedade civil – como o FCES e o CES – no processo de negociação".

Finalizando o documento os dois organismos reivindicaram dos negociadores que aprovem a "criação de um Comitê Misto , na estrutura do acordo, tal como já existem em outros acordos da UE com outros espaços econômicos."

O Fórum Consultivo Econômico-Social do Mercosul por sua vez aprovou Recomendação aos governos destacando que as negociações devem ser multisetoriais e não deve ser excluído nenhum setor; que o Mercosul deve

negociar como bloco, que deve ser adotado o princípio (semelhante a ALCA) de que nada estará acordado até que tudo tenha sido negociado e que as relações com a União Européia devem buscar o fortalecimento da democracia e do desenvolvimento social, tendo como patamar básico a Cláusula Democrática e a Declaração Sóciolaboral ambos documentos aprovados no Mercosul.

A Cumbre Social da União Européia , América Latina e Caribe

O encontro de Representantes da Sociedade Civil da Europa, América Latina e Caribe, que realizou-se no Rio de Janeiro nos dias 24 e 25 de junho, foi organizado pelo CES -UE e o FCES-Mercosul e patrocinado pela Comissão Européia. Com a presença de cerca de 150 representantes de entidades patronais, sindicais e diferentes segmentos sociais - o chamado terceiro setor - dos países da União Européia, Mercosul e restante da América Latina e Caribe debateu as relações econômicas entre Europa e América Latina e o papel da sociedade civil organizada no atual modelo econômico, mais especificamente frente à constituição de blocos comerciais.

Aprovou uma Declaração política, da qual reproduzimos os principais pontos :
4consolidação de uma democracia participativa no âmbito de um diálogo político e de cooperação, através do fortalecimento da sociedade civil;
4ampliação das oportunidades comerciais e econômicas em direção a um acordo de livre comércio que tenha em consideração a sensibilidade de determinados produtos;
4 estabelecimento de investimentos diretos europeus como fonte estável de financiamento;
4 a abertura de mercados não deve produzir-se em detrimento da coesão social e econômica

e como tal deve respeitar os princípios fundamentais do trabalho previstos na Declaração da OIT de 1998; 4o impulso , formalização e aprofundamento da representação da sociedade civil, com o estabelecimento de comitês consultivos mistos institucionais que assegurem a participação.

As Reivindicações Sindicais

A Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul- CCSCS reuniu-se no dia 21 de junho e aprovou como principais propostas para levar à plenária do FCES e o encontro com os europeus reivindicar dos governos do Mercosul o aprofundamento do processo de integração, principalmente no que se refere aos temas ligados a: políticas tributárias e fiscais, infra-estrutura, ciência e tecnologia e comprometimento de novos investimentos com o desenvolvimento regional; não restringir as negociações com os europeus aos temas comerciais, mas também tratar dos demais capítulos previstos no Acordo de Cooperação Interregional, tais como a cooperação em tecnologia, educação, formação profissional, meio ambiente, cultura e direitos humanos; criação do **Comitê Sindical da Associação Interregional** (tal como já existe para os empresários) e do **4º GT sobre temas laborais e sociais**.

A **Confederação Européia de Sindicatos** - CES também lançou uma declaração pública à véspera do Cúpula do Rio de Janeiro, adotando como principais reivindicações a inclusão da Declaração de sobre Direitos Fundamentais da OIT nas resoluções do encontro; a implementação de um Fórum Social EU/ALC e a promoção de de normas sociais e ambientais na próxima conferência da OMC em Seattle- EUA, no final de novembro de 1999.

As decisões do Conselho de Cooperação Mercosul e UE

Na XVI reunião dos Presidentes do Mercosul (junho-Assunção), se reiterou a decisão política de continuar fortalecendo as relações com a UE e chegar a estabelecer uma Associação Inter-regional e uma liberalização comercial recíproca e progressiva, levando em conta a sensibilidade de certos produtos. Acordaram ainda os

Presidentes que não deveria ser excluído nenhum setor , que a Cúpula Mercosul e UE deveria definir a data de início e fim das negociações e que as mesmas deveriam se pautar pelo princípio do "single undertaking", levando em conta a próxima rodada de negociações da OMC que se iniciará em novembro. Essa posição contrastava com a

decisão europeia, que por veto da França viria para a reunião do rio de Janeiro sem um mandato negociador para o setor agrícola e sem um calendário definido. Uma

semana antes da Cúpula do Rio os governos alemão, espanhol e português conseguiram reverter a posição europeia.

Decisões do Rio de Janeiro

No dia 29 de junho de 1999 no marco da Cúpula de Chefes de Estado da América Latina, Caribe e União Européia realizada do Rio de Janeiro, Mercosul e União Européia firmaram um comunicado conjunto onde acordaram negociações para a liberalização progressiva e recíproca do comércio sem exclusão de nenhum setor e em conformidade com a OMC. Os resultados das negociações constituirão em "cada caso um compromisso único que deverão executar as partes como um conjunto indivisível "(o single undertaking). Ficou previsto para novembro de 1999 uma reunião do Conselho de Cooperação (integrado pelos Ministros de Relações Exteriores e de Economia) quando se definirão a estrutura, metodologia e calendário das negociações.

Corresp. Uruguay -Isabel Miranda

O ACORDO DE COOPERAÇÃO INTERREGIONAL MERCOSUL E UE

Em dezembro de 1995 representantes de ambos os blocos econômicos firmaram em Madri o Acordo Marco de Cooperação União Européia e o Mercosul com vistas a uma zona de livre comércio em 2005. O texto do Acordo Marco abarca âmbitos comerciais, econômicos e de cooperação para a cooperação para a integração, assim como outros campos de interesse mútuo, sempre com a finalidade de intensificar as relações entre os dois blocos e suas respectivas instituições.

O processo de negociação foi dividido em duas fases (1995/1999 - fortalecimento das relações e preparação da fase seguinte: e 2000/2005- estabelecimento da Associação Interregional de caráter político e econômico).

Para o desenvolvimento das negociações foi criada uma estrutura institucional composta pelo Conselho de Cooperação; a Comissão Mista; a Subcomissão Comercial e três Grupos de Trabalho: Bens, Disciplinas Comerciais e Serviços. Nas primeiras reuniões institucionais se definiram três etapas de negociações:

- 1- Realização de um diagnóstico dos intercâmbios de bens;**
- 2- Aproximação de posições visando a liberalização comercial entre ambos blocos;**
- 3- Elaboração de propostas concretas.**

Em dezembro de 1998 foi cumprida a primeira etapa e apresentada uma " Fotografia Conjunta das Relações Comerciais entre a Comunidade Européia e o Mercosul".

Conselho Industrial do Mercosul pede agilização das negociações da Agenda Mercosul 2000

O Conselho Industrial do Mercosul- CIM, integrado pela União Industrial Argentina-UIA, a Confederação Nacional da Indústria do Brasil-CNI, União Industrial Paraguaya-UIP e a Câmara de Indústrias do Uruguay se reuniu em Montevideo no dia 5 de julho e aprovou recomendações ao GMC pedindo a discussão da Agenda Mercosul 2000 e adoção de algumas medidas imediatas: a curto prazo a eliminação e/ou harmonização de medidas e Restrições não Tarifárias e a internalização das normas harmonizadas no Mercosul; dinamização das negociações dos temas incluídos na agenda de profundização da União Aduaneira. Quanto às negociações externas do Mercosul recomendaram que sejam feitas em forma de bloco mencionando particularmente a Comunidade Andina de Nações -CAN e com o México.

Brasil fecha Acordo Tarifário com a CAN

O Brasil e a Comunidade Andina de Nações-CAN (menos a Bolívia que já tem acordo comercial com o Mercosul) que têm um comércio de US\$ 2,8 bilhões, fecharam, na semana de 5 a 11 de julho, acordo de preferências tarifárias mútuas pelo prazo de dois anos. O acordo abrange 2,7 mil produtos da pauta de exportações, ficando como exceções automóveis e acabados. O aço também ficou de fora. O governo brasileiro considera que esse acordo servirá de abse para a negociação da área de livre comércio que começará a ser negociada entre o Mercosul e a CAN (4 + 4) no final do ano.



Corresp: Argentina-Daniel Campos,
Brasil-Antonio C.P. Castro

Têxteis :quotas se mantêm

A partir de agosto do corrente até Julho de 2002 o governo Argentino manterá quotas de importação para produtos têxteis provenientes do Brasil, China e Paquistão. O governo argentino disse as medidas para os têxteis estão de acordo com ATV (Acordo de Têxteis e Vestuários), previsto pela OMC e não ferem as regras do Mercosul. Estados Unidos e UE já entraram com um pedido de instalação de um "panel" na OMC contra essa medida, pedido endossado pelo Brasil.

Exportações

A Secretaria de Indústria da Argentina anunciou que as exportações de manufaturados têxteis, calçados, autopeças e brinquedos caíram 19,4% em relação a seus pares brasileiros no período de Janeiro a Maio último. No nível de preços atacistas a perda de competitividade chega a 21,9% no mesmo período. A Secretaria destacou ainda que 30% dos estabelecimentos industriais se dedicam à exportação e essa queda de vendas externas provocou uma redução de 35% de sua produção.

Correspondências e informações

cesint@uol.com.br,
cesint@sinectis.com.ar
cesi@i.com.uy

Argentina lidera fusões na AL

Relatório da companhia britânica KPMG informou que no 1º semestre de 1999 foram registradas mais de 1.100 fusões e aquisições de empresas em todo o mundo, movimentando US\$285 bilhões, dos quais 5,9% nos países da América Latina, num total de US\$23 bilhões. A Argentina se destacou como o país que mais atraiu esses tipo de investimento, US\$ 17,8 bilhões, ou seja 15,6% do total no continente. Em segundo lugar veio o Chile com 4,5% e em 5º o Brasil que atraiu menos de 1% dos investimentos em fusões/aquisições.

Montadoras com a parte do Leão

A guerra fiscal entre Brasil e Argentina, segundo o economista Raul Ochoa, ex-secretário de Comercio Exterior argentino (FSP. 01/08/99) , tem subsidiado as montadoras - já foram cerca de US\$ 25 bilhões distribuídos pela Volks, Ford, General Motors, Mercedes Benz e Toyota nos últimos 4 anos. O último exemplo é a Ford no Brasil, que se aproveitou das disputas políticas internas brasileiras e instalará uma nova planta no estado da Bahia com um subsídio inicial de mais de US\$ 100 milhões anuais até 2004 e um financiamento do BNDES de cerca de US\$ 400 milhões. A ajuda a pobre montadora poderá se elevar muito

mais se a empresa solicitar as vantagens fiscais regionais propiciadas pela SUDENE pois a Medida Provisória aprovada estende esse direito às montadoras que forem ao nordeste.

Caminhoneiros Param

Tanto no Brasil , quanto no Uruguai, refletindo a crescente crise continental, os caminhoneiros realizaram uma grande greve . No Uruguai, onde foi ampla a adesão à greve, os trabalhadores receberam apoio de seus colegas do Brasil, Argentina, do Paraguay e do Chile, que chegaram até a compartilhar os acampamentos com seus colegas uruguaios .

Ponte da Amizade

A Embaixada do Paraguay no Brasil reclamou e conseguiu a retirada de um anuncio do banco Itaú, na televisão e jornais brasileiros, que a propósito de vender seguros de automóveis apresentava aquele país com receptor de automóveis roubados através da ponte que une os dois países.

CORREIO SINDICAL

MERCOSUL - parte do projeto Mercosul entre a CCSCS, SPIs, ORIT/CIOSL e FFE.

APOIO - Fundação Friedrich Ebert
EDIÇÃO - Consultoria Econômica e Social Integrada - CESI
COORD - M^a Silvia Portella de Castro

CONTENCIOSO NO MERCOSUL

AÇÚCAR - até hoje está fora do acordo de livre comércio

AÇO - a Argentina abriu o processo anti-dumping contra as exportações brasileiras de laminados a quente

FRANGO - investigação anti-dumping contra os produtos brasileiros

LÁCTEOS - Brasil pediu abertura de processo anti-dumping na OMC contra os exportadores uruguaios e argentinos de leite em pó e longa vida.

ANUÊNCIA PRÉVIA - Argentina adotou "Consulta Antecipada" para as importações acima de US\$ 800

PAPEL - Empresários do setor dos dois países firmaram o acordo de auto-limitação de exportações

TÊXTIL - Argentina mantém quotas de importação acima de US\$ 50 milhões

CALÇADOS - fabricantes brasileiros recusaram acordo de auto-limitação de exportações para a Argentina e o setor empresarial e sindical daquele país pede aplicação de salvaguardas ao calçado argentino.

RÉGIME AUTOMOBILÍSTICO - negociações estão estagnadas; Argentina não quer aceitar pedido brasileiro de participação no Plano de Renovação da Frota (Plan Cnaje) e subsídios à Ford criam maior tensão.